

**RECURSO EM HABEAS CORPUS Nº 112.484 - PA (2019/0128865-4)**

**RELATOR** : **MINISTRO JOEL ILAN PACIORNIK**  
**RECORRENTE** : MELQUIZEDEQUI TRINDADE BRITO (PRESO)  
**RECORRENTE** : ADRIANO LOPES SANCHES (PRESO)  
**RECORRENTE** : JONIELDO DO AMARAL AGUIAR (PRESO)  
**RECORRENTE** : EZEQUIEL LOPES RODRIGUES (PRESO)  
**RECORRENTE** : ELIELSON WANZELER RODRIGUES (PRESO)  
**ADVOGADO** : VENINO TOURÃO PANTOJA JÚNIOR - PA011505  
**RECORRIDO** : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARÁ

**DECISÃO**

Cuida-se de recurso ordinário em *habeas corpus* interposto por MELQUIZEDEQUI TRINDADE BRITO, ADRIANO LOPES SANCHES, JONIELDO DO AMARAL AGUIAR, EZEQUIEL LOPES RODRIGUES e ELIELSON WANZELER RODRIGUES, contra acórdão proferido pelo Tribunal de Justiça do Estado do Pará (HC n. 201900305518).

Extraí-se dos autos que os recorrentes tiveram a prisão preventiva decretada pela suposta prática dos crimes previstos nos arts. 33 e 35, ambos da Lei n. 11.343/06 (tráfico e associação para o tráfico de entorpecentes). Os mandados de prisões foram cumpridos em 13/12/2018 (fl. 201).

Irresignada, a defesa impetrou *habeas corpus* perante o Tribunal de origem, o qual denegou a ordem, nos termos do acórdão que restou assim ementado:

*HABEAS CORPUS - TRÁFICO DE DROGAS E ASSOCIAÇÃO PARA O TRÁFICO - ALEGAÇÃO DE EXCESSO DE PRAZO NA FORMAÇÃO DA CULPA DOS PACIENTES E PLEITO DE DESMEMBRAMENTO PROCESSUAL - PRELIMINAR MINISTERIAL DE NÃO CONHECIMENTO DA ORDEM ACOLHIDA COM RELACAO AO PEDIDO DE DESMEMBRAMENTO PROCESSUAL - PEDIDO NÃO FORMULADO NO PRIMEIRO GRAU - SUPRESSÃO DE INSTÂNCIA - CONHECIMENTO DA ARGUIÇÃO DE EXCESSO DE PRAZO - CONSTRANGIMENTO ILEGAL NÃO DEMONSTRADO - INEXISTÊNCIA DE EXCESSO DE PRAZO - PRAZOS ELÁSTICOS - INOCORRÊNCIA DE INÉRCIA DO ESTADO-JUIZ - RAZOABILIDADE - PLURALIDADE DE RÉUS - COMPLEXIDADE DO FEITO - PRELIMINAR MINISTERIAL ACOLHIDA, ORDEM PARCIALMENTE CONHECIDA E DENEGADA NA PARTE CONHECIDA - UNANIMIDADE.*

*1. Pacientes denunciados como incurso nas sanções punitivas dos artigos 33 e 35 da Lei nº 11.343/2006.*

# *Superior Tribunal de Justiça*

2. *Alegação de excesso de prazo para formação de sua culpa e pedido de desmembramento processual com relação aos pacientes.*

3. *Preliminar ministerial de não conhecimento parcial da presente ordem acolhida, com relação ao pleito de desmembramento dos autos principais ligados aos pacientes, em razão de não constar nos autos notícia de que o referido pleito tenha sido formulado perante a autoridade coatora. havendo, nesse particular, verificação de indevida supressão de instância, o que é repudiada e inadmitida pela doutrina e jurisprudência pátria.*

4. *Conhecimento apenas da alegação de excesso de prazo. Inocorrência de excesso de prazo para formação da culpa dos pacientes, uma vez que a contagem dos prazos processuais do CPP não se dá de modo aritmético.*

*Deve-se analisar tais prazos à luz da razoabilidade oriunda das peculiaridades do caso concreto, de modo a se conferir maior elasticidade aos lapsos temporais.*

*No caso em si, pelo que consta dos presentes autos, sobretudo das informações prestadas pelo Juízo, os pacientes foram presos em 13/12/2018; já houve oferecimento da denúncia em 11/02/2019, e determinada notificação dos envolvidos em 14/02/2019 para apresentarem suas defesas, de acordo com o rito da Lei nº 11.343/2006; aguarda o feito a notificação de dois denunciados e apresentação de defesa pelos demais para apreciação do recebimento da denúncia e designação de audiência de instrução e julgamento.*

*Diante de todo esse aparato cronológico, não se vislumbra qualquer inércia do Estado -Juiz na vertente, muito menos se afere qualquer excesso de prazo na formação da culpa dos pacientes, posto que o curso processual segue dentro de um prazo razoável, levando-se em conta o elevado acervo processual que permeia o judiciário, a pluralidade de réus e a complexidade do feito, o qual se apura uma suposta, refinada e grandiosa organização criminosa voltada à difusão de drogas na localidade.*

**ORDEM CONHECIDA E DENEGADA NA PARTE CONHECIDA. UNANIMIDADE DOS VOTOS** (fls. 233/234).

No presente recurso, sustentam não haver supressão de instância com relação ao pedido de desmembramento dos autos principais, pois entende que tal pleito não necessita de manifestação do juízo de primeiro grau, podendo ser ventilado diretamente em sede *habeas corpus*, mormente em virtude do número excessivo de réus poder justificar a demora na conclusão da instrução.

Alegam excesso de prazo injustificado para o recebimento da denúncia, para o início da instrução processual e para a formação da culpa, haja vista que os recorrentes estão presos desde 13/12/2018, sem que a defesa tenha dado causa ao atraso.

# *Superior Tribunal de Justiça*

Destacam que a vedação à concessão de liberdade provisória aos acusados pelo delito de tráfico de entorpecentes, prevista no art. 44 da Lei 11.343/06, foi declarada inconstitucional pelo Supremo Tribunal Federal – STF. Ressalta, por fim, as condições pessoais favoráveis dos recorrentes.

Requerem, assim, o relaxamento das prisões preventivas para que os recorrentes possam responder ao processo em liberdade.

O Ministério Público Federal opinou pelo desprovimento do recurso (fls. 278/284) e as informações foram prestadas às fls. 291/300 e 301/332.

É o relatório.

Decido.

Conforme relatado, busca-se, no presente recurso, a revogação da custódia cautelar dos recorrentes em razão do excesso de prazo na formação da culpa.

Inicialmente, os pleitos de desmembramento dos autos principais e de liberdade provisória não foram objeto de exame no acórdão impugnado, o que obsta o exame por este Tribunal Superior, sob pena de se incorrer em indevida supressão de instância.

Nesse sentido, são os seguintes precedentes:

*RECURSO ORDINÁRIO EM HABEAS CORPUS. TRÁFICO DE ENTORPECENTES. (I) PRISÃO EM FLAGRANTE CONVERTIDA EM PREVENTIVA. DECRETO DE OFÍCIO. SUPRESSÃO DE INSTÂNCIA. AUSÊNCIA DE VIOLAÇÃO AO SISTEMA ACUSATÓRIO DE PROCESSO E AO PRINCÍPIO DA INÉRCIA. (II) PROIBIÇÃO DE LIBERDADE PROVISÓRIA. ART. 44 DA LEI Nº 11.343/2006. INCONSTITUCIONALIDADE DECLARADA PELO STF. (III) GRAVIDADE ABSTRATA DOS FATOS. "SENSAÇÃO DE IMPUNIDADE". "ONDA DE VIOLÊNCIA QUE ASSOLA O PAÍS". MERAS PRESUNÇÕES. DISCURSO JUDICIAL PURAMENTE TEÓRICO. (IV) RECURSO PROVIDO.*

*1. A suposta decretação da prisão de ofício, em violação ao art. 311 do Código de Processo Penal, não foi apreciada pelo acórdão recorrido. A alegada desconformidade com o sistema acusatório de processo ou com o princípio da inércia, adotados pela Constituição da República de 1988, não foi sequer mencionada no habeas corpus originário, muito menos apreciada pelo Tribunal de Justiça mineiro.*

*Sendo assim, tal argumento não pode ser submetido a*

***este Tribunal Superior, sob pena de indevida supressão de instância (Precedentes).***

2. A declaração de inconstitucionalidade da expressão "e liberdade provisória" constante do art. 44 da Lei n. 11.343/2006 pelo Plenário do Supremo Tribunal Federal impõe sejam apreciados, caso a caso, os requisitos previstos no art. 312 do Código de Processo Penal, para que seja decretada a segregação cautelar. Desse modo, a gravidade abstrata do delito de tráfico de entorpecentes não serve de fundamento para a negativa do benefício da liberdade provisória (Precedentes).

3. A decisão que manteve a prisão preventiva do recorrente não apresentou motivação concreta, apta a justificar a segregação provisória, tendo-se valido de argumentos genéricos e de meras suposições, como a "sensação de impunidade" e a "onda de violência que assolam o país". A ausência de elementos concretos e individualizados que indiquem a necessidade da rigorosa providência cautelar configura constrangimento ilegal (Precedentes).

4. Recurso ordinário em habeas corpus parcialmente conhecido e, nessa extensão, provido, para determinar a soltura do recorrente, se por outro motivo não estiver preso, sem prejuízo da imposição pelo Juízo local de medidas cautelares diversas da prisão previstas no art. 319 do Código de Processo Penal, caso demonstrada sua necessidade (RHC 68.363/MG, Rel. Ministro ANTONIO SALDANHA PALHEIRO, SEXTA TURMA, julgado em 3/5/2016, DJe 13/5/2016).

***PROCESSUAL PENAL. RECURSO ORDINÁRIO EM HABEAS CORPUS. ROUBO MAJORADO. DESOBEDIÊNCIA. PRISÃO PREVENTIVA. ALEGADA AUSÊNCIA DE FUNDAMENTAÇÃO DO DECRETO PRISIONAL. PERICULOSIDADE DO AGENTE. MODUS OPERANDI. DECISÃO FUNDAMENTADA NA GARANTIA DA ORDEM PÚBLICA. RECURSO ORDINÁRIO PARCIALMENTE CONHECIDO E, NESTA PARTE, DESPROVIDO.***

***I - A alegação de nulidade absoluta, em virtude de a segregação cautelar ter sido decretada de ofício pelo juízo de primeiro grau, em fase inquisitorial, sequer foi analisada pelo eg. Tribunal a quo, quando do julgamento do HC 1.0000.15.035294-6/000, razão pela qual fica impedida esta eg. Corte de apreciar a questão suscitada, sob pena de indevida supressão de instância.***

***II - A prisão cautelar deve ser considerada exceção, já que, por meio desta medida, priva-se o réu de seu jus libertatis antes do pronunciamento condenatório definitivo, consubstanciado na sentença transitada em julgado. É por isso que tal medida constritiva só se justifica caso demonstrada sua real indispensabilidade para assegurar a ordem pública, a instrução criminal ou a aplicação da lei penal, ex vi do***

*artigo 312 do Código de Processo Penal. A prisão preventiva, portanto, enquanto medida de natureza cautelar, não pode ser utilizada como instrumento de punição antecipada do indiciado ou do réu, nem permite complementação de sua fundamentação pelas instâncias superiores (HC n. 93.498/MS, Segunda Turma, Rel. Min. Celso de Mello, DJe de 18/10/2012).*

*III - In casu, o decreto prisional encontra-se devidamente fundamentado em dados concretos extraídos dos autos, que evidenciam que a liberdade do ora recorrente acarretaria risco à ordem pública, notadamente se considerada sua periculosidade, demonstrada na forma pela qual o delito foi em tese praticado, consistente em roubo cometido em concurso de agentes, circunstância apta a justificar a imposição da segregação cautelar (precedentes).*

*Recurso ordinário parcialmente conhecido e, nesta parte, desprovido (RHC 60.934/MG, Rel. Ministro FELIX FISCHER, QUINTA TURMA, DJe 20/10/2015).*

Noutro ponto, esta Corte Superior tem o entendimento de que, somente configura constrangimento ilegal por excesso de prazo na formação da culpa, apto a ensejar o relaxamento da prisão cautelar, a mora que decorra de ofensa ao princípio da razoabilidade, consubstanciada em desídia do Poder Judiciário ou da acusação, jamais sendo aferível apenas a partir da mera soma aritmética dos prazos processuais.

Por oportuno, transcrevo o seguinte excerto do julgado:

*Não assiste razão à argumentação expendida pelo impetrante, uma vez que é cediço que a contagem dos prazos processuais para fins de verificação da duração do curso processual não se perfila de modo aritmético, devendo, pois, serem consideradas as peculiaridades de cada caso.*

*Esta plasticidade dos prazos processuais, como visto, é dada ante o reconhecimento de que cada processo possui uma série de características que os tornam únicos, caracteres estes aptos a tornarem mais elásticos os prazos pré-determinados no CPP, repise-se.*

*Como consequência disso, deve ser efetivado um recorte sob a ótica da razoabilidade e proporcionalidade para aferir se há excesso de prazo ou não como constrangimento ilegal, e esta análise deve partir daqueles vetores singulares de cada processo, tais como, pluralidade de réus, complexidade do feito, procrastinação pela defesa, incidentes processuais, grande volume processual do judiciário, expedição de cartas precatórias, dentre outros.*

*No caso em si, pelo que consta dos presentes autos,*

***sobretudo das informações prestadas pelo Juízo, os pacientes foram presos em 12/12/2018; já houve oferecimento da denúncia em 11/02/2019, e determinada notificação dos envolvidos em 14/02/2019 para apresentarem suas defesas, de acordo com o rito da Lei nº 11.343/2006; aguarda o feito a notificação de dois denunciados e apresentação de defesa pelos demais para apreciação do recebimento da denúncia e designação de audiência de instrução e julgamento.***

*Diante de todo esse aparato cronológico, não se vislumbra qualquer inércia do Estado-Juiz na vertente, muito menos se afere qualquer excesso de prazo na formação da culpa dos pacientes, posto que o curso processual segue dentro de um prazo razoável, levando-se em conta o elevado acervo processual que permeia o judiciário, a pluralidade de réus e a complexidade do feito, o qual se apura uma suposta, refinada e grandiosa organização criminosa voltada à difusão de drogas na localidade (fl. 237).*

Dessa forma, conforme se verifica das informações obtidas na página eletrônica do Tribunal de origem e mediante contato telefônico, o processo tem seguido regular tramitação, já tendo se iniciado a fase de instrução, não se observando prazos excessivamente prolongados para a realização dos atos processuais. Noto que eventual prazo maior para a conclusão do feito não pode ser atribuída ao Juízo, mas às peculiaridades do caso, considerando a pluralidade de réus (21), que implica na apuração de várias condutas, ainda por se tratar de suposta participação em organização criminosa voltada ao tráfico de drogas, o que demanda a oitiva de diversas testemunhas, além da análise de pedidos de liberdade provisória e informações em *habeas corpus*.

Assim, não há, pois, falar em desídia do Magistrado condutor, o qual tem diligenciado no sentido de dar andamento ao processo, não podendo ser imputada ao Judiciário a responsabilidade pela demora, como bem fundamentado pelo Tribunal de origem.

A propósito, colaciono os seguintes precedentes:

***RECURSO EM HABEAS CORPUS. POSSE ILEGAL DE ARMAS DE FOGO, DE USO PERMITIDO E DE USO PROIBIDO. REQUISITOS DA PRISÃO PREVENTIVA. INDÍCIOS DE PROTAGONISMO EM ORGANIZAÇÃO CRIMINOSA VOLTADA A ROUBOS E AO TRÁFICO DE DROGAS ILÍCITAS. INDÍCIOS DE CONTUMÁCIA DELITIVA QUE JUSTIFICAM A SEGREGAÇÃO CAUTELAR. EXCESSO DE PRAZO PARA A FORMAÇÃO DA CULPA. PRINCÍPIO DA RAZOABILIDADE. COMPLEXIDADE DO FEITO,***

**COM 15 RÉUS E DECLINAÇÃO DA COMPETÊNCIA PELO JUÍZO ORIGINÁRIO. RECURSO NÃO PROVIDO, NA LINHA DO PARECER MINISTERIAL, COM RECOMENDAÇÃO.**

1. No caso destes autos, o recorrente foi preso em flagrante porque, cumprindo mandado de busca e apreensão, encontraram-se armas de fogo de uso permitido e de uso restrito em sua residência, bem como quantidade relevante de munição, as quais o ora recorrente teria admitido possuir sem autorização e em desacordo com determinação legal ou regulamentar.

2. Conforme aferido pelas instâncias ordinárias, o *fumus commissi delicti* flui das próprias circunstâncias da prisão em flagrante, estando o *periculum libertatis* evidenciado pela aparente contumácia delitiva do réu, tendo em vista indícios de que exerceria posição de protagonismo em organização criminosa.

3. Indícios de protagonismo em organização criminosa notória, ligada a roubos e ao tráfico de drogas ilícitas, além da flagrante posse ilegal de armas de fogo, de uso permitido e de uso restrito, justificam amplamente o receio das instâncias ordinárias relativa à liberdade provisória do recorrente.

**4. Quanto à duração da prisão preventiva, registre-se que os fatos analisados nestes autos escapam em muito do ordinário, sendo certo que a complexidade da causa, a declinação de competência do Juízo originário e a pluralidade de réus (15), em adição à elevada probabilidade de reiteração delituosa, conforme apurado pelas instâncias ordinárias, tornam inviável reconhecer o alegado constrangimento ilegal por excesso de prazo.**

5. Recurso em habeas corpus não provido, com recomendação de celeridade em homenagem ao princípio da duração razoável do processo (RHC 102.357/BA, Rel. Ministro REYNALDO SOARES DA FONSECA, QUINTA TURMA, DJe 28/9/2018).

**PROCESSUAL PENAL E PENAL. RECURSO EM HABEAS CORPUS. PRISÃO PREVENTIVA. PECULATO. FALSIDADE IDEOLÓGICA. ORGANIZAÇÃO CRIMINOSA. APLICAÇÃO DE MEDIDAS ALTERNATIVAS OU SUBSTITUIÇÃO POR PRISÃO DOMICILIAR. MATÉRIAS NÃO APRECIADAS PELO TRIBUNAL DE ORIGEM. SUPRESSÃO DE INSTÂNCIA. EXCESSO DE PRAZO. PRINCÍPIO DA RAZOABILIDADE. EXPEDIÇÃO DE CARTAS PRECATÓRIAS. PLURALIDADE DE TESTEMUNHAS E RÉUS. DIVERSAS IMPUTAÇÕES. RAZOABILIDADE. SÚMULA N. 64/STJ. CONSTRANGIMENTO ILEGAL NÃO VERIFICADO. RECURSO EM HABEAS CORPUS IMPROVIDO.**

1. As matérias relativas à aplicação de medidas alternativas e à substituição da prisão preventiva por domiciliar não foram objeto de análise do Tribunal de origem, motivo pelo qual esses

*pontos não poderão ser conhecidos por esta Corte Superior, sob pena de indevida supressão de instância.*

**2. A aferição da razoabilidade da duração do processo não se efetiva de forma meramente aritmética. Nesta perspectiva, não se verifica ilegalidade quando o andamento processual encontra-se compatível com as particularidades da causa, não se tributando, pois, aos órgãos estatais indevida letargia.**

**3. Não constitui constrangimento ilegal o excesso de prazo na instrução provocado pela defesa (Súmula 64).**

**4. Recurso em habeas corpus improvido (RHC 95.017/CE, Rel. Ministro NEFI CORDEIRO, SEXTA TURMA, DJe 11/6/2018).**

**PROCESSUAL PENAL. RECURSO ORDINÁRIO EM HABEAS CORPUS. ESTELIONATO. RECEPÇÃO. ASSOCIAÇÃO CRIMINOSA. FALSIFICAÇÃO DE PAPÉIS PÚBLICOS. ADULTERAÇÃO DE SINAL IDENTIFICADOR DE VEÍCULO AUTOMOTOR. PRISÃO CAUTELAR DEVIDAMENTE FUNDAMENTADA NA GARANTIA DA ORDEM PÚBLICA. PERICULOSIDADE DO AGENTE. NECESSIDADE DE DIMINUIR A ATUAÇÃO DE INTEGRANTES DE ORGANIZAÇÃO CRIMINOSA. EXCESSO DE PRAZO. NÃO OCORRÊNCIA. INVIABILIDADE DE ANÁLISE DE POSSÍVEL PENA A SER APLICADA. RECURSO ORDINÁRIO DESPROVIDO.**

**I - A segregação cautelar deve ser considerada exceção, já que tal medida constritiva só se justifica caso demonstrada sua real indispensabilidade para assegurar a ordem pública, a instrução criminal ou a aplicação da lei penal, ex vi do artigo 312 do Código de Processo Penal.**

**II - No caso, o decreto prisional encontra-se devidamente fundamentado em dados concretos extraídos dos autos, aptos a demonstrar a indispensabilidade da prisão para a garantia da ordem pública, notadamente se considerada a participação do agente em associação criminosa, sendo supostamente o "responsável por ocultar veículos de origem criminosa e representa elo entre a associação criminosa ora investigada e outra, cuja extensão se desconhece, do Estado da Bahia".**

**III - Sobre o tema, já se pronunciou o col. Supremo Tribunal Federal no sentido de que "A necessidade de se interromper ou diminuir a atuação de integrantes de organização criminosa, enquadra-se no conceito de garantia da ordem pública, constituindo fundamentação cautelar idônea e suficiente para a prisão preventiva" (HC n. 95.024/SP, Primeira Turma, Relª. Minª. Cármen Lúcia, DJe de 20/2/2009).**

**IV - O prazo para a conclusão e julgamento do feito não tem as características de fatalidade e de improrrogabilidade,**



***fazendo-se imprescindível raciocinar com o juízo de razoabilidade para definir o excesso de prazo, não se ponderando a mera soma aritmética dos prazos processuais para a aferição do eventual excesso (precedentes).***

V - Revela-se inviável a análise de eventual pena ou regime a serem aplicados em caso de condenação, a fim de determinar possível desproporcionalidade da prisão cautelar, uma vez que tal exame deve ficar reservado ao Juízo de origem, que realizará cognição exauriente dos fatos e provas apresentados no caso concreto.

VI - Condições pessoais favoráveis, tais como primariedade, ocupação lícita e residência fixa, não têm o condão de, por si sós, garantirem ao recorrente a revogação da prisão preventiva se há nos autos elementos hábeis a recomendar a manutenção de sua custódia cautelar. Pela mesma razão, não há que se falar em possibilidade de aplicação de medidas cautelares diversas da prisão, o que ocorre na hipótese.

Recurso ordinário desprovido (RHC 98.398/MG, Rel. Ministro FELIX FISCHER, QUINTA TURMA, DJe 28/6/2018).

**HABEAS CORPUS SUBSTITUTIVO DE RECURSO ORDINÁRIO. INADEQUAÇÃO. MÉRITO. ANÁLISE DE OFÍCIO. PRISÃO CAUTELAR. ROUBO MAJORADO. PRISÃO PREVENTIVA. EXCESSO DE PRAZO PARA A FORMAÇÃO DA CULPA. PRISÃO PROVISÓRIA DE 1 ANOS E 6 MESES, SEM CONCLUSÃO DA INSTRUÇÃO PROCESSUAL. PRINCÍPIO DA RAZOABILIDADE. PLURALIDADE DE RÉUS. EXPEDIÇÃO DE CARTAS PRECATÓRIAS PARA INTERROGATÓRIOS E OITIVA DE TESTEMUNHAS. AUSÊNCIA DE CONSTRANGIMENTO ILEGAL. HABEAS CORPUS NÃO CONHECIDO. RECOMENDAÇÃO DE CELERIDADE.**

1. O Superior Tribunal de Justiça, seguindo entendimento firmado pelo Supremo Tribunal Federal, passou a não admitir o conhecimento de habeas corpus substitutivo de recurso ordinário. No entanto, deve-se analisar o pedido formulado na inicial, tendo em vista a possibilidade de se conceder a ordem de ofício, em razão da existência de eventual coação ilegal.

2. O prazo para a conclusão da instrução criminal não tem as características de fatalidade e de improrrogabilidade, fazendo-se imprescindível raciocinar com o juízo de razoabilidade para definir o excesso de prazo, não se ponderando a mera soma aritmética dos prazos para os atos processuais (Precedentes do STF e do STJ). (RHC 62.783/ES, Rel. Ministro FELIX FISCHER, QUINTA TURMA, julgado em 01/09/2015, DJe 08/09/2015).

3. No caso, considera-se regular o prazo de tramitação do processo, tendo em vista a pluralidade de réus e a necessidade de se deprecar a realização de diversos atos processuais, dentre eles, citações

# *Superior Tribunal de Justiça*

*e interrogatórios de dois acusados (segregados em comarcas distintas), bem como a oitiva de testemunhas.*

*4. Ausente a alegada desídia da autoridade judiciária na condução da ação penal e demonstrados os requisitos autorizadores da custódia cautelar, não há falar em constrangimento ilegal hábil a ser reparado, de ofício, por este Superior Tribunal de Justiça (Precedentes).*

*5. Habeas corpus não conhecido, com recomendação de urgência no prosseguimento do processo (HC 338.794/SP, Rel. Ministro REYNALDO SOARES DA FONSECA, QUINTA TURMA, DJe 15/2/2016).*

Desse modo, não se constata flagrante ilegalidade por alegado excesso de prazo.

Ante o exposto, nego provimento ao recurso em *habeas corpus*.

Publique-se.

Intimem-se.

Brasília, 28 de novembro de 2019.

MINISTRO JOEL ILAN PACIORNIK

Relator